

**A categoria Cidadania nos projetos do Programa Institucional de Bolsa De Iniciação
à Docência (PIBID) de Geografia**

*The Citizenship conception in the projects of the Institutional Scholarship Program for
Teaching (PIBID) of Geography*

Glauber Barros Alves Costa

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Caetité – Bahia - Brasil

Maria Iolanda Monteiro

Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

São Carlos – São Paulo - Brasil

Ana Luiza Salgado Cunha

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Vitória da Conquista – Bahia - Brasil

Resumo

Este estudo faz parte do projeto de tese “Cartografias do PIBID de Geografia no Brasil: O desenho da política pública e seus saberes”. Para este recorte foi proposto a análise da categoria cidadania a partir dos dados tabulados nos projetos de PIBID submetidos ao edital 061/2013, foram analisados o conceito de cidadania presente em 156 projetos de PIBID e subprojetos de Geografia, para compreender as concepções teóricas e filosóficas da categoria cidadania nesses projetos. Desenvolveu-se uma pesquisa documental, de análise e tabulação dos dados coletados junto aos documentos investigados e como resultado observou-se que a ideia de cidadania não aparece em todos os projetos e quando aparece é apresentada com filiações teóricas e filosóficas diferentes. Palavras – chave: Cidadania; Geografia; PIBID.

Abstract

This study is part of the thesis project "Cartografias do PIBID de Geografia no Brasil: O desenho da política pública e seus saberes". For this research was proposed the analysis of the citizenship conception from the tabulated data in PIBID projects submitted to the official document number 061/2013, they were analyzed the concept of citizenship present in 156 PIBID projects and Geography subprojects, to understand the theoretical and philosophical conceptions of the citizenship category in these projects. A documentary, analysis and tabulation of the data collected along with the documents investigated was developed and as a result it was observed that the idea of citizenship does not appear in all projects and when it appears is presented with different theoretical and philosophical affiliations.

Keywords - Citizenship; Geography; PIBID.

Introdução

O presente artigo faz parte de uma pesquisa de doutorado defendida em Março de 2019, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), no Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE/UFSCAR), através da tese intitulada “Cartografias do PIBID de Geografia no Brasil: O desenho da política pública e seus saberes”. Durante a pesquisa investigou-se 156 projetos de PIBIDⁱ e especificamente os subprojetos de Geografia, e entrevistou-se 09 professores coordenadores do programa responsáveis pelos subprojetos de Geografia.

A finalidade do artigo é apresentar um recorte da tese, refletindo sobre a concepção de Cidadania presente nos projetos e subprojetos de PIBID, além de compreender o conceito de Cidadania sob diferentes perspectivas e filiações teóricas.

Apresentamos, assim, uma discussão teórica analisando a categoria cidadania sob diferentes tempos e escolas teóricas, trazendo pesquisas e teorias que refletem e pensam a cidadania e a sua relação com a sociedade e formação. Ao final apresentamos e analisamos os dados coletados nos projetos do PIBID e junto a formadores de professores de Geografia e propomos um conceito de cidadania, de acordo com nossas filiações teóricas.

Cidadania: o que? e para que(m)?

A cidadania está vinculada, desde sua gênese, na Grécia Antiga, à ideia de coletividade. O conceito foi sendo modificado e debatido até os dias atuais de diversas formas e sob diferentes perspectivas, mas sempre tentando superar a dicotomia individual de construção da cidadania, para uma luta e construção coletiva em sua totalidade.

Essa categoria alçou amplos níveis de discussão em diversas ciências e muitos teóricos têm se debruçado sobre o conceito e refletido sobre o que ele representa e em que contextos deve ser utilizado. É possível encontrar um gama de análises e raízes teóricas para a categoria cidadania. Por isso, primeiramente, precisamos entendê-la, para depois relacionarmos aos saberes relativos à cidadania que são construídos via PIBID.

Ao analisar os projetos do PIBID de Geografia, nos chama a atenção a quantidade de subprojetos que abordam o tema cidadania em suas ações. É corriqueiro encontrar a palavra cidadania sendo descrita e concebida em diferentes pensamentos e perspectivas. Por isso,

decidimos abordar e pensar mais profundamente essa categoria, por entender que, durante o campo e a tabulação dos dados, esse conceito emerge como importante para ser investigado e analisado dentro do PIBID de Geografia de vários cursos no Brasil. Mas, afinal, de qual cidadania estamos falando?

No livro intitulado “Escola Cidadã” o professor Moacir Gadotti começa apresentando uma densa reflexão quanto à categoria cidadania. Chega a dizer que, na atualidade a cidadania vem “[...] tornando-se uma palavra perigosamente consensual, um envelope vazio no qual podem tanto caber os sonhos de uma sociedade de iguais, uma sociedade de direitos e de deveres, quanto uma sociedade dividida por interesses antagônicos [...]” (GADOTTI, 2000, p. 05). Ou seja, na cidadania se cabe de tudo e, conseqüentemente, não se tem nada. Essa complexidade do conceito é ainda discutida pelo autor quando afirma que, “[...] com a ampliação dos direitos, nasce, também, uma concepção mais ampla de cidadania” (Ibidem, p. 01).

Em uma mesma perspectiva, mas de forma diferente, o geógrafo Milton Santos (2007), em seu livro “O espaço do cidadão”, traz a concepção em que cidadania é um aprendizado social, modificado durante a história. O autor enfatiza que, na sociedade capitalista, o que se tem atualmente são consumidores e não cidadãos, ou seja, a ideia de que quem pode consumir é cidadão; logo, quem não consome fica à margem desse processo e não é considerado cidadão. Santos (2007) ainda afirma que cidadão, no Brasil, é somente a classe detentora do capitalⁱⁱ, pois aquela que não o tem só lhe resta os deveres da cidadania. Ele ainda tece uma crítica sobre a elite brasileira, que deseja sempre os privilégios, ou seja, apenas os direitos do conceito de cidadania e não os deveres - estes são deixados para os que não são cidadãos, ou seja, os pobres.

Santos (2007), também discute historicamente como o conceito vai se tornando mutável e dinâmico, quando diz que:

A cidadania evolui por meio de um processo de lutas e desenvolvidas paralelamente em diversos países, que leva da condição de “membro da sociedade nacional” no século XVII, ao “direito de associação” no século XIX, até serem alcançados os “direitos sociais” em pleno século XX. Em um belo ensaio, Tereza Haguette (1981-1982) descreve a evolução que começa com a aquisição do status de cidadão, membro de uma sociedade civil reconhecida como tal, isto é, a conquista de direitos políticos individuais, prossegue com o reconhecimento de direitos coletivos, pertinentes aos grupos que constituem a coletividade nacional e autorizados a

A categoria Cidadania nos projetos do Programa Institucional de Bolsa De Iniciação à Docência (PIBID) de Geografia

formar associações representativas legitimadas, até aqui “um terceiro conjunto de direitos – os direitos sociais – garantiriam ao indivíduo um padrão de vida decente, uma proteção mínima contra a pobreza e a doença, assim como uma participação na herança social”(p. 21).

A ideia de cidadania vinculada a direitos e deveres surge com a formação burguesa e principalmente na busca pelo conceito de liberdade, para ser livre é preciso cumprir seus deveres e adquirir seus direitos, entretanto, na sociedade capitalista o conceito de liberdade é complexo, quem consegue liberdade, necessita de capital, e sem capital não se é livre e muito menos cidadão.

Durante a pesquisa, em cerca de 48%ⁱⁱⁱ dos subprojetos analisados a palavra cidadania aparecia de alguma forma, muitas vezes em ações que propunham reflexões e atividades que promovessem a cidadania. A ideia de cidadania está imbricada com a de instrução e por isso aparece tanto nos projetos: “ [...] é verdade que o conceito moderno de cidadania é impensável sem o de instrução” (TARDIF, 2015, p. 07). No subprojeto de Geografia da PUC de São Paulo aparece a seguinte ação:

Geografia como promotora da cidadania. Detalhamento Este processo destacará a importância das diferenças culturais entre distintos grupos humanos e como essas diferenças são perceptíveis na forma como esses grupos (re)produzem o espaço. Nesse sentido entende-se a construção da cidadania como amplo processo de reflexão/aprendizado que orienta ações e escolhas conscientes. A proposta é exercitar com os alunos da escola pública os passos da pesquisa geográfica e da educação em Geografia no âmbito da Geografia Humanista (PIBID DE GEOGRAFIA, PUCSP, 2013).

Nesse sentido, a ação do subprojeto propõe uma cidadania que seja um processo de “reflexão/aprendizado que orienta ações e escolhas conscientes”. Nessa perspectiva, o que o subprojeto de Geografia traz é uma ideia da categoria vinculada aos direitos e deveres. Na classificação de Tonet (2005) seria uma perspectiva liberal de cidadania. Sobre essa ideia, entende-se que, a:

[...] perspectiva liberal parte da ideia de que o indivíduo precede ontologicamente a sociedade e de que a natureza essencial desse indivíduo é egoísta, competitiva. A desigualdade social seria uma decorrência inevitável dessa natureza, competindo ao Estado, com seus vários instrumentos, impedir os seus excessos (TONET, 2005, p. 473).

Na perspectiva liberal, a cidadania parte de uma ideia individualista, rompe com o modelo de cidadania grega, que previa um exercício coletivo de cidadania, e orientada pelo

capital se busca uma cidadania individual de conquistas de direitos a partir do indivíduo e não da sociedade.

No subprojeto da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) também podemos notar uma preocupação em abordar o tema cidadania a partir do PIBID. Na verdade, todos os projetos da UEFS traziam em suas ações as mesmas ideias, sendo uma proposta de todos os subprojetos das licenciaturas a de trabalhar a cidadania da seguinte forma:

Estudos sobre Escola, Educação, Ética e Cidadania.

Detalhamento: Estudos e reflexões, em articulação com outros subprojetos, sobre as funções sociais da escola e o papel do professor na contemporaneidade. Incentivo à participação no curso de formação A escola e suas vicissitudes, carga horária de 08h, a ser promovido pelo PIBID-UEFS. Promoção de diálogos interativos entre as comunidades escolares parceiras e a Universidade, sobre temas como: Ética; Direitos e Deveres Sociais; Sustentabilidade; Qualidade de Vida; Saúde, Etc. Projetos e Planejamentos coletivos (PIBID DE GEOGRAFIA, UEFS, 2013).

Na universidade em questão essa ação aparece não somente no subprojeto de Geografia, mas em todos os subprojetos, incluindo um subprojeto interdisciplinar de Geografia e História. A ação, aparentemente, partiu da coordenação geral do PIBID – UEFS, e aborda a cidadania a partir de uma formação que será oferecida aos alunos da licenciatura com a discussão de temas relevantes para a sociedade.

Aprofundando o processo de pesquisa, decidimos entrevistar os coordenadores (as) dos subprojetos, para tanto utilizamos como metodologia a entrevista semiestruturada, que promove um contato direto do pesquisador com os sujeitos pesquisados.

Ao questionar alguns coordenadores (as) sobre cidadania, bem como sobre os projetos, traziam diferentes ideias e concepções sobre o tema. A professora Anita^{iv} (2017) afirmou que, para ela, cidadania é “ [...] um exercício de ter direitos, de conhecer esses direitos e de exigí-los. E também é um exercício de saber quais são os seus deveres e da necessidade que tem de cumpri-los”. Como afirmou Tonet (2005), a ideia de cidadania liberal está concebida na discussão de direitos e deveres, e parte da concepção de que os direitos e deveres são conquistas individuais e não coletivas. Manzini-Covre, no seu livro “O que é cidadania?”, traz a seguinte reflexão sobre a recorrente ideia de direitos e deveres:

Façamos uma primeira aproximação. O que é ser cidadão? Para muita gente, ser cidadão confunde-se com o direito de votar. Mas quem já teve alguma experiência

A categoria Cidadania nos projetos do Programa Institucional de Bolsa De Iniciação à Docência (PIBID) de Geografia

política — no bairro, igreja, escola, sindicato etc. — sabe que o ato de votar não garante nenhuma cidadania, se não vier acompanhado de determinadas condições de nível econômico, político, social e cultural (MANZINI-COVRE, 1996, p. 09).

O exercício da cidadania na sociedade capitalista, como afirmou Santos (2008), está diretamente vinculado ao poder econômico. No Brasil, por exemplo, a cidadania não chega para todos, e Manzini-Covre (1996) deixa claro que o exercício do voto em uma eleição não é cidadania como a maioria compreende. A concepção de cidadania liberal, centrada na luta individual, transforma o ser humano em um agente egoísta, por se ver separado da sociedade. Como definiu Marx, o “[...] indivíduo separado da comunidade, confinado a si próprio, ao seu interesse privado e ao seu capricho pessoal” (MARX, 1993, p. 58) caracteriza-se como o atual cidadão.

A prática cidadã para Manzini-Covre (1996) e Santos (2003) são mais profundas e se aproximam muito da ideia de Tonet (2005) quando este classifica a cidadania a partir da perspectiva da esquerda democrática - uma cidadania que rompe com a cidadania liberal focando na sociedade e não no indivíduo. Sobre esse conceito, ele aprofunda afirmando que:

A perspectiva da esquerda democrática parte da ideia de que cidadania é sinônimo de socialidade e de que as formas concretas da cidadania seriam apenas manifestações datadas daquela “condição humana” essencial. Vale notar, no entanto, que o próprio Aristóteles deixa claro que cidadania pertence à dimensão da política e de que esta admite como natural a desigualdade social. Neste pensamento, em nenhum momento está presente a questão de uma ruptura radical entre a forma do trabalho e a forma da sociabilidade. Exatamente porque a problemática do trabalho, como fundamento ontológico do ser social, não se faz presente (TONET, 2005, p. 473).

Nesse sentido, a noção de cidadania ganha uma ideia mais ampla do que a categoria liberal, rompe com o discurso de direitos e deveres, e deixa de focar no indivíduo para focar na sociedade como sinônimo de socialidade. As relações de poder ficam mais evidentes, mas na crítica do autor elas não se rompem, e fica perceptível que estão vinculadas à dimensão política. Sobre essa dimensão política, um coordenador do PIBID de Geografia descreve sua ideia de cidadania:

Cidadania? Tem a ver com o sentimento de pertença. De que aquilo lá é meu. Tudo que é público é nosso: a rua, calçada, placas, paradas de ônibus, a Universidade, a estrutura da Universidade. [...] Acho que falta no brasileiro o sentimento de pertença ao meio. Acho que cidadania é o indivíduo integrado

no meio, fazendo parte dele, como se fosse importante para aquele meio, seja o bairro, a cidade, a universidade, em diferentes meios. Acho que a concepção de cidadania exige do indivíduo maturidade. E é uma maturidade histórica, não é uma maturidade de idade. [...] É uma concepção minha e eu acho que nós temos que amadurecer isso ainda. Haja vista os inúmeros casos de vandalismo nas escolas. Que invadem as escolas e roubam os computadores. Não são os próprios moradores das comunidades que às vezes fazem isso? Que sentimento de pertença ou cidadania tem esse indivíduo tem em relação à escola. Onde o próprio filho, ou irmão, ou ele mesmo tem estudado. Acho que a sociedade brasileira, de uma forma geral está doente em relação a isso. Precisaria re-significar seu conceito de cidadania. Mas também é uma forma que encontrou para reivindicar seus direitos. Embora eu não ache que seja o melhor caminho. Então, cidadania para mim é sentimento de pertença, é amadurecimento como sociedade para valorizar tudo que nós temos de público (PROF. HEITOR, 2017).

Tendo como base a ideia exposta pelo professor coordenador do PIBID, fica claro que ele compreende que a noção de cidadania precisa ser mais bem discutida e refletida. Como ele afirmou, é necessário amadurecer melhor essa ideia. Nessa perspectiva, o professor vincula a ideia de cidadania com pertença e discute a relação do indivíduo com o patrimônio público e privado. Nessa fala, fica explícita a ideia de cidadania enquanto direitos e deveres. No caso, o professor alerta sobre os deveres dos cidadãos em relação à preservação do patrimônio público.

Nem todos os coordenadores vinculam a cidadania a essa ideia de política e Estado, defendida por Santos (2008). Muitos a discutem no campo do direito e dos deveres, vinculada à ideia de justiça social, o que, de forma indireta, faz emergir o papel do Estado nessa concepção - como é o caso de Cândido (2016), professor coordenador do subprojeto do PIBID na região Sudeste do país:

Para mim cidadania, ela está relacionada com a ideia de justiça social. A ideia de direito e também a ideia de deveres, então eu acredito que todo sujeito tendo vivido junto de um conjunto social, ele tem os direitos e também tem deveres. O problema na realidade que a gente vive, é que muitas vezes os direitos, eles são bastante negados e os deveres, eles são bastante cobrados. Então quando eu falo de direito, eu estou falando do acesso à educação, eu estou falando do acesso à saúde, do acesso à segurança, do acesso ao lazer, do acesso à qualidade de vida. Enfim, eu acredito que isso que seja cidadania. A cidadania é fazer com que as pessoas, tenham a consciência de um ambiente, do espaço que eles estão vivendo, das transformações sociais que estão acontecendo no ambiente que elas vivem (PROF. CÂNDIDO, 2016).

A fala do professor se aproxima da concepção de Santos (2008) quando ele afirma que os direitos são para ricos e os deveres para pobres. A vinculação da cidadania às ideias

A categoria Cidadania nos projetos do Programa Institucional de Bolsa De Iniciação à Docência (PIBID) de Geografia

de patrimônio e meio ambiente, ou de justiça social, foi muito encontrada nos subprojetos, principalmente quando se falava de temas como meio ambiente, sustentabilidade ou questões socioambientais. No subprojeto da Universidade Estado de Goiás (UEG), a cidadania aparece como categoria vinculada à Educação Ambiental:

Análise das práticas adotadas e a práxis da educação ambiental pelo professor supervisor

Detalhamento: O acadêmico bolsista deverá conhecer o planejamento do professor supervisor e verificar junto a ele quais as práticas que são adotadas não contexto da Educação Ambiental para compreender a importância da ação reflexiva e da mudança de atitudes. E identificar e aliar a teoria estudada e a prática pedagógica em sala de aula e o despertar para as ações de cidadania do discente (PIBID GEOGRAFIA, UEG, 2013).

Ainda no subprojeto da UEG, em outra ação intitulada Prática Docente, os coordenadores do subprojeto de Geografia propõem que seja feita uma:

Prática docente considerando a importância desse instrumento para a formação do aluno como cidadão crítico. Objetivos: a) Construção e aplicação de projetos pedagógicos com vista no raciocínio lógico e na criticidade; b) Oficinas que contemplem conhecimentos atitudinais, valorativos e procedimentais; c) palestras relacionadas a temas socioambientais, diversidade étnico-racial, gênero, saúde, cidadania, etc., visando despertar a consciência crítica e ao respeito à diversidade e equidade social (PIBID GEOGRAFIA, UEG, 2013).

No subprojeto da UEG, a cidadania é apresentada em dois momentos: o primeiro vinculado à Educação Ambiental (EA), e o segundo, a oficinas de formação sobre a cidadania.

Durante a tabulação foi comum encontrar nos projetos os termos ‘cidadão crítico’ ou ‘cidadania crítica’, ou seja, o termo cidadania sucedido do adjetivo crítico. Essa ideia parte também de uma concepção de cidadania, qual seja a de romper com a cidadania de base liberal e se aproximar de uma cidadania de base democrática, vinculada à política, e também uma aproximação defendida e cunhada por teorias críticas. Seria uma negação da cidadania liberal, de direitos e deveres individuais e uma aproximação à cidadania coletiva e emancipadora. Sobre uma cidadania mais crítica, Tonet define que, “[a] abordagem da problemática da cidadania, na perspectiva marxiana, é profundamente diferente tanto da concepção liberal quanto daquela da esquerda democrática. E, para nós, a questão decisiva situa se no ponto de partida” (TONET, 2005, p. 473).

Como define o autor supracitado, a cidadania na concepção crítica surge de pontos de partida diferentes da cidadania liberal, ou da cidadania esquerdo democrática, que parte da relação ser humano e trabalho. Nessa perspectiva, o exercício da cidadania está principalmente na emancipação do indivíduo enquanto ser social, ou seja, não há cidadania individual, mas coletiva no âmbito da luta social, sem a reprodução da desigualdade social, mas sim da luta e embate pela sua mudança. Sobre a definição do que seria cidadania, o autor tece críticas ao que ele define como cidadania esquerdo democrática. Vejamos:

O que também significa dizer que, por mais plena que seja a cidadania, ela jamais pode desbordar o perímetro da sociabilidade regida pelo capital. Isto é muito claramente expresso pelo fato de que o indivíduo pode, perfeitamente, ser cidadão sem deixar de ser trabalhador assalariado, ou seja, sem deixar de ser explorado. Queremos, porém, deixar claro que esta concepção da cidadania de modo algum implica sua desqualificação ou menosprezo, mas apenas a apreensão da sua natureza própria, o que implica o conhecimento das suas possibilidades positivas na autoconstrução da humanidade, mas também dos seus limites intrínsecos. Ela poderá ser uma mediação, junto com outras, mas jamais o fim maior da humanidade (TONET, 2005, p. 475).

No capitalismo, a categoria cidadania sofre embates constantes por muitos não compreenderem que ser cidadão e trabalhador são condições comuns e não antagônicas em uma sociedade tão desigual quanto a brasileira. Por vezes, essas categorias parecem antagônicas, mas não o são. O que propõe Tonet (2005) é justamente transpor esses antagonismos e pensar em uma cidadania de perspectiva da emancipação humana^v, da liberdade, ou, como alguns ainda preferem, do empoderamento.

A cidadania e a educação: processos e construções

A questão é que o conceito de cidadania que compreendemos aqui deve se dar dentro da perspectiva de uma cidadania voltada, primeiramente para a realidade brasileira e, posteriormente, que entenda que ela só se dá na coletividade. Essa cidadania pode ser ensinada na escola? Na universidade e/ou a partir do PIBID? Sobre essas reflexões, Santos (2003) nos aponta que:

A cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É, talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a manter. Ameaçada por um cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções. Ela tem o seu corpo e os seus limites como uma situação social, jurídica e política. Para ser mantida pelas gerações sucessivas, para ter eficácia e ser fonte de direitos, ela deve se inscrever na própria letra das leis, mediante dispositivos institucionais que assegurem a fruição das

A categoria Cidadania nos projetos do Programa Institucional de Bolsa De Iniciação à Docência (PIBID) de Geografia

prerrogativas pactuadas e, sempre que haja recusa, o direito de reclamar e ser ouvido (SANTOS, 2007, p.82 - 83).

A Educação e a Cultura têm papéis primordiais na construção do conceito de cidadania e no ensinar desse conceito. A escola, enquanto formadora de cidadãos, tem um papel crucial em entender que cidadania se quer ensinar e em qual perspectiva. A ideia de cidadania proposta aqui, precisa estar vinculada a duas coisas: emancipação humana e superação. A primeira abarca o conceito de liberdade a partir da compreensão social de sua realidade, enquanto a segunda traz a necessidade de superação dos modelos vigentes para se propor um pensamento crítico e transformador. Sobre isso,

Faz-se mister entender de que educação se está partindo, para entender o objeto aqui analisado. A educação não é nem deve ser encarada como um produto social; pelo contrário, deve partir dela a emancipação humana, a superação do sistema que existe hoje. Para promover uma aprendizagem significativa e fazer com que a emancipação aconteça a educação necessita estar pautada em novos paradigmas, uma vez que o atual, da racionalidade, não permite que a escola cumpra sua função social (COSTA, 2011, p. 35).

A educação tem papel primordial por apresentar aos alunos o que é ser cidadão, e o que é sentir-se livre e emancipado em sua realidade ou grupo social que ele pertence. Na sociedade capitalista, a necessidade dessa discussão se faz constante para a desconstrução de estudantes alienados e professores alienantes. A educação não é isoladamente a que deve construir socialmente essa ideia, já que ela parte da sociedade e para ela retorna, mas desempenha um papel essencial nessa proposta. O aluno precisa entender que, antes de ser consumidor dos bens e produtos, ele precisa ser cidadão. Sobre essa concepção de cidadão, tem-se que:

Em lugar do cidadão surge o consumidor insatisfeito e, por isso, votado a permanecer consumidor. Sua dependência em relação aos novos objetos limita sua vocação para obter uma individualidade e reduz a possibilidade dos encontros interpessoais diretos e enriquecedores, porque simbólicos em sua própria origem. A comunicação entre as pessoas é frequentemente intermediada por coisas. Frequentemente os movimentos de massa também se esgotam nas coisas, tendo uma lógica mais instrumental que existencial. As mobilizações são locais ou setoriais. A socialização capitalista, originária de uma divisão de trabalho que a monetarização acentua, impede movimentos globais e um pensamento global. A reivindicação de uns não raro representa um agravo para de outro. A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une (SANTOS, 2007, p. 93).

O PIBID, enquanto projeto e política pública educacional de formação, tem a necessidade de compreender esse conceito em sua gênese e desconstruir de forma constante a ideia de cidadão como consumidor. Logo, mesmo reconhecendo que é uma luta constante no cotidiano das universidades e das escolas, é necessário compreendermos a cidadania em sua totalidade.

Alguns subprojetos trouxeram a cidadania vinculada ao ensino de Geografia, como é o caso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), que apresenta como uma de suas ações a ser desenvolvida no PIBID a proposta de um “Diagnóstico sobre o Ensino de Geografia e Cidadania e o planejamento da atuação docente”. Ao detalhar a ação, o subprojeto explica que fará a:

Caracterização da estrutura pedagógica das escolas. Elaborar diagnóstico sobre a abordagem da Cidadania no Ensino da Geografia Escolar, a partir da apropriação da linguagem cartográfica e a representação fenômenos ambiental. A pesquisa inicial servirá para diagnosticar os principais problemas de aprendizagem relacionados a cartografia e as questões ambientais. Conhecer e Estudar os documentos oficiais do currículo para compreender as questões relacionadas à cidadania no Ensino de Geografia (PIBID GEOGRAFIA, UERN, 2013).

Neste projeto, a cidadania vem vinculada ao ensino de Geografia e traz duas preocupações básicas: a Cartografia e as questões ambientais. Foi comum encontrar nos projetos a cidadania vinculada às questões socioambientais ou à conquista de direitos, mas sempre vinculados a atividades de formação para os alunos, como oficinas ou minicursos. O projeto da Universidade Estadual de Roraima (UERR) é outro que vincula a cidadania às questões socioambientais, como se pode ver na ação a seguir:

Proporcionar a participação pró-ativa da escola de maneira multidisciplinar
Detalhamento: Com medidas mitigadoras de integração entre universidade, escola e comunidade a partir de oficinas, para atuarem como agentes multiplicadores de informação, tanto no ambiente escolar como na comunidade Desenvolvimento de consciência ambiental proativa dos 20 bolsistas selecionados e em cerca de 80% dos alunos das escolas participantes de forma a mudança de atitude no que se refere ao exercício da cidadania, interação e cuidados com o meio ambiente (PIBID GEOGRAFIA, UERR, 2013).

Na ação desse subprojeto também vemos a vinculação entre cidadania e questões socioambientais. Em outro subprojeto da Universidade Federal de Campo Grande (UFMG) é igualmente possível perceber a mesma lógica do subprojeto anterior, com um detalhe que nesse há ações específicas sobre cidadania, o que torna essa relação mais abrangente.

A categoria Cidadania nos projetos do Programa Institucional de Bolsa De Iniciação à Docência (PIBID) de Geografia

Ações de cidadania junto a comunidade no entorno da escola.

Detalhamento: Considerando o papel social da Universidade e da Escola enquanto espaços de produção do conhecimento, e tendo como referência a significação social desses saberes para o desenvolvimento de posturas cidadãs, propomos mobilizações dos alunos bolsistas a partir de campanhas junto a comunidade do entorno da escola, especialmente aquelas relativas ao acesso a cidadania, tais quais as questões Ambientais, de Saúde, Direito e especialmente, de Educação (PIBID GEOGRAFIA, UFCG, 2013).

A cidadania vinculada às questões sociais aparece também, em alguns subprojetos, muito ligada à extensão universitária, como sendo algo em que a universidade deve promover às comunidades em geral, como acesso a serviços de saúde, informação ou lazer. A concepção de cidadania dos subprojetos está diretamente ligada à ideia que cada coordenador (a) que elaborou possui, o que possibilita uma diversidade de concepções nos diferentes projetos. Coordenadores (as) que fundamentam seus subprojetos em teorias marxianas acabam compreendendo a cidadania nessa perspectiva, como é o caso do professor Lasar, que vincula a ideia de cidadania ao trabalho e à cultura.

Essa questão da cidadania passa pelo trabalho, passa pela cultura para chegar na cidadania. O que é a cultura hoje? A ideia é não abranger muito, não só a questão que a gente pensa sobre a cultura, que a ideia de país, de uma região. Isso vai muito além, então é uma questão cultural. [...] o PIBID tem contribuído muito mais para essa formação cidadã no sentido de observar, a gente trabalha isso na questão da cidade, então qual é o papel do cidadão na cidade? Qual é o papel do cidadão rural? Então a gente trabalha nesse viés, essa questão cultural, aliada a questão do trabalho porque o trabalho não pode ficar de fora porque ele projeta a questão do indivíduo. Veja, a gente tenta isso no sentido realista, mas também epistemológico do indivíduo enquanto cidadão (PROF. LASAR, 2017).

O professor Benedito, da região Sudeste, difere um pouco da ideia apresentada acima. Trazemos aqui a discussão dele, para que possamos comparar e entender as diferentes concepções que a categoria cidadania recebe pois, conseqüentemente, essas concepções irão ser perpetuadas na escrita dos subprojetos e posteriormente em sua execução.

Cidadania é isto, é tentar buscar a igualdade na diferença. Então nós somos pessoas diferentes, no mundo todo, com suas realidades, com suas concepções de mundo e isto deve ser respeitado. Então cidadania, eu acho que é a perspectiva da igualdade, mas não porque somos iguais, mas porque somos diferentes. E respeitar as diferenças e buscar esta igualdade na diferença (PROF. BENEDITO, 2015).

A ideia de cidadania apresentada pelo professor acima mencionado está vinculada ao Estado quando discute a necessidade da igualdade e vincula essa concepção à sociedade, mesmo que a diferença parta por vezes do indivíduo. Há, entre os coordenadores e os subprojetos, sempre a ideia de cidadania em relação ao todo (sociedade), partindo do indivíduo. Poucos partem da totalidade (sociedade) para o embate que possibilite cidadania ao trabalhador livre a partir da emancipação humana. Sobre as diferentes concepções, Manzini-Covre apresenta que:

Essa concepção de cidadania mais plena está sempre ameaçada pelo conceito de cidadania mais esvaziada, calcada no consumo e em certo imobilismo, acenada pelo capitalismo dos oligopólios e seduzindo a tantos. A seguir, veremos o embate entre a concepção de cidadania e o exercício possível da cidadania na era dos oligopólios (MANZINI-COVRE, 1996, p. 41).

Nos teóricos mais críticos, como Milton Santos e Maria de Lourdes Manzini-Covre, ou até o mesmo Ivo Tonet, há sempre a discussão da dicotomia “individual x coletivo”. Essa dicotomia deve ser transposta para se ter um exercício pleno de cidadania. Santos afirma:

Nenhum egoísmo ajuda a purificar a vida social, e apenas em uma sociedade verdadeiramente humana é que as individualidades florescem plenamente. É a lição de Platão na República e de Marx no Manifesto, nos Manuscritos, na Ideologia Alemã e na Sagrada Família: somente na Polis, em comunidade com outros, o homem é capaz de cultivar em todas as direções todos os seus dotes, afirmando a sua liberdade, pois não há liberdade solitária (SANTOS, 2007, p. 158).

Nos subprojetos do PIBID fica explícito que o conceito de cidadania permeia vários deles, e que essa categoria emerge como um conceito importante para a pesquisa e, especificamente, para a ciência geográfica. O conceito é científico e complexo, mas foi muito dissecado ao longo dos anos, o que gera uma confusão sobre o tema e qual a real ideia do que é cidadania. Nos projetos, a maioria dos coordenadores vincula o tema à Geografia Física, à Educação Ambiental, às temáticas da sustentabilidade ou às questões socioambientais, o que pode ser um equívoco, já que cidadania é uma categoria vinculada antes de tudo ao social, à sociedade e seus rebatimentos, no trabalho, na educação, na cultura e não somente nas questões relativas ao meio ambiente.

Ao reproduzir esses discursos, os professores de Geografia vinculam a noção de que o exercício de cidadania acontece apenas quando se debate às questões socioambientais, e por sua vez, reforçam a concepção de que a conquista da cidadania é uma prática individual do “cada um faz a sua parte” e não uma construção coletiva. É

A categoria Cidadania nos projetos do Programa Institucional de Bolsa De Iniciação à Docência (PIBID) de Geografia

importante compreender que nós professores exercitamos nossa cidadania ao gerir nossa própria atividade profissional, movimentando saberes essenciais para nossa *práxis*. Sobre isso, Callai esclarece:

O professor exercita a sua cidadania dando conta de gerir sua própria atividade profissional, construindo e reconstruindo, constantemente, o saber e, daí sim, poderá pensar em formar cidadãos, ou seja, fazer das suas aulas oportunidade para que os alunos construam o seu conhecimento, se interessem pelas aulas e pelas tarefas e compreenda o significativo de tudo isso (CALLAI, 2013, p. 122).

O que fica explícito é que a cidadania acontece no cotidiano e labor do professor, essa cidadania é construída em sala de aula, no cotidiano com os alunos e alunas, no envolvimento na luta dos sindicatos, na defesa da educação pública e de seus direitos trabalhistas, na formação continuada para compreensão das diversas demandas de cada momento histórico e social. A cidadania é mutável e flexível, mas suas bases são evidentes, elas se constroem na engajamento e luta por direitos essenciais que culminem em justiça social.

Considerações finais

Não há uma ideia de cidadania correta. O que existe são interpretações e perspectivas. Mas não é a nossa pretensão aqui delimitar uma ideia, embora desejamos visualizar alguns pontos. Há uma carência nos subprojetos de qual concepção se defende de cidadania, pois o que fica visível é que essa ideia ainda está permeada pela noção de que cidadania é participar da sociedade exercendo deveres e direitos.

Em meio à polifonia de políticas e atores, percebemos tantas concepções de cidadania, que fazem nosso olhar voltar-se às tantas possibilidades de construção de experiência cidadã, em tempos e espaços múltiplos. Muitas vozes, sonoras, compreendem cidadania por suas vivências e experiências, com isso, além da polifonia, encontramos a riqueza polissêmica para um mesmo conceito, são tantas as vozes e tantos os processos de significação, que muitos são os sentidos possíveis de serem atribuídos à palavra, e ao conceito, Cidadania.

Ao analisar os documentos (projetos de PIBID de Geografia) notamos que a categoria cidadania é cara aos professores coordenadores dos programas pois com

freqüência ela aparece nos projetos em diferentes perspectivas. O que notamos é a diversidade de concepções dessa categoria inclusive uma grande quantidade categorias vinculando a cidadania à ideia de ser apenas deveres e direitos, uma concepção inclusive por vezes vazia de conteúdo e essência.

O ponto que entendemos é que se a Geografia é crítica, o conceito de cidadania para a liberdade e emancipação não desvincula a ideia de cidadão da ideia de trabalhador e esta deve ser uma premissa para entender que não há verdadeiramente cidadãos em uma sociedade capitalista que define como cidadãos somente aqueles que têm direitos. Ser cidadão é ser livre e emancipado, compreendendo os direitos e deveres, carregando empatia e lutando por justiça social, na perspectiva coletiva e não individual.

Voltamos a enfatizar que, historicamente, foram construídas diferentes concepções e práticas de Cidadania, diretamente associadas às diferentes representações de sujeitos ao longo de sua história. Essas diferenças constituem-se em importantes pontos de discussão que levam à compreensão da pluralidade que é a Cidadania na contemporaneidade, multiplicidade essa que coabita hoje o espaço social, um encontro de multiplicidades que impactam na tessitura de diferentes experiências sociais.

Referências

CALLAI, H. C. **A formação do profissional da Geografia: O professor**. Ijuí: Editora Ijuí, 2013.

COSTA, Glauber Barros Alves. **A dimensão social ambiental na Educação do Campo em Vitória da Conquista – BA**. 2011. 132f. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IASI, Mauro Luís. Direito e emancipação humana. In: **Revista da Faculdade de Direito**. v. 2, n. 2, 2005.

MANZINI – COVRE, Maria de Lourdes. **O que é Cidadania?**/ Coleção primeiros passos. Brasília: Editora Brasiliense. 1996.

MARX, K. A questão judaica. In: **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: EDUSP, 2007.

A categoria Cidadania nos projetos do Programa Institucional de Bolsa De Iniciação à Docência (PIBID) de Geografia

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2008.

TARDIF, Maurice. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão das interações humanas. 9 edições. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

TONET, Ivo. Educar para a cidadania ou para a liberdade? **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 469-484, jul./dez. 2005.

Este artigo faz parte da tese de doutorado defendida na UFSCAR em março de 2019, e apoiada pelo programa de bolsas de pesquisa da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Agradecimentos

Agradecemos à universidade pública que sempre promoveu nossas formações nos garantido uma educação de qualidade.

Notas

ⁱ O Programa institucional de bolsa de iniciação à docência (PIBID) foi criado no governo Lula, a partir do Ministro de Educação Fernando Haddad em 2007 e implementado pela CAPES/FNDE. “O Pibid é uma ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que visa proporcionar aos discentes na primeira metade do curso de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas.” (BRASIL, 2007)

ii Na concepção de Marx, capital não é um objeto ou coisa, mas sim uma relação.

iii Esse número foi encontrado a partir do total de subprojetos analisados, retirando a porcentagem daqueles que utilizavam o termo cidadania em seu escopo teórico

iv Para preservar a identidade dos entrevistados utilizamos pseudônimos, os nomes foram escolhidos a partir de pintores brasileiros e sulamericanos.

v O conceito de emancipação humana aqui abordado se insere no conceito de Marx, abordado por Mauro Iasi, quando, em seu artigo “Direito e Emancipação Humana”, esclarece que: “Ao criticar Bruno Bauer em seu texto “Questão Judaica” (Marx, 1993), o filósofo alemão delineia as principais características desta emancipação humana. Bauer afirmava que o judeu alemão não devia lutar por sua emancipação como judeu, mas sim deveria atingir o status de “cidadão” e, como tal, lhe seria garantido o direito inclusive de professar sua própria fé. Neste raciocínio transparece o argumento que a emancipação, no caso religiosa, seria atingida pela emancipação política. Afirma Bauer, citado por Marx: O judeu não deve ser emancipado por ser judeu, em virtude de possuir excelente princípio humano e universal moralidade; o judeu deve antes se retirar para trás do cidadão e ser um cidadão, embora seja e deseje permanecer judeu” (Bauer, apud Marx, 1993: 37) (IASI, 2005, p. 172).

Sobre os Autores

Glauber Barros Alves Costa

Doutor em Educação pela UFSCAR, mestre em Educação pela UFS, licenciado em Geografia pela UESB, licenciado em Pedagogia pela Claretiano, professor assistente da UNEB, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PGELS/UNEB), líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Ensino de Geografia (GEPEGEO/UNEB). E-mail: glauberbarros@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4368-2964>.

Maria Iolanda Monteiro

Pós-doutora pela UNICAMP, doutora em Educação pela USP, mestre em Educação pela UNESP, licenciada em Pedagogia pela UNESP, professora da UFSCAR, professora orientadora do PPGE/UFSCAR. E-mail: mimonteiro@ufscar.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4534-1437>

Ana Luiza Salgado Cunha

Pós doutoranda pelo PPGELS/UNEB, doutora em Educação pela UFSCAR, mestre em Educação pela UFV, licenciada em Pedagogia pela UFV, professora da UESB, participante do GEPEGEO/UNEB. E-mail: aninhaluizasalgado@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9244-130X>

Recebido em: 14/10/2020

Aceito para publicação em: 22/01/2021